

I Congresso da
Unemat

Tese Guia

I - APRESENTAÇÃO

*Você não sente e nem vê,
mas, eu não posso deixar de dizer meu amigo,
que uma nova mudança em breve vai acontecer
e o que algum tempo era jovem novo
hoje é antigo
e precisamos todos rejuvenescer
(Belchior: Velha Roupa Colorida).*

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo oferecer uma proposta para a UNEMAT na oportunidade de seu I Congresso. Sabemos, e é este nosso princípio, que ele está e nem é inacabado, muito aquém das possibilidades das discussões que um Debate Democrático poderia trazer.

Entretanto, acreditamos no envolvimento da comunidade acadêmica que, no desejo de mudanças, certamente se comprometerá com a construção de Nossa Universidade.

Assim, este "ensaio" de Projeto de Universidade servirá como base das discussões que deverão ser realizadas nos campi, nos departamentos para que possamos, com as contribuições que virão, transformar, no que agora é um ensaio, num Projeto para a UNEMAT, culminando com a discussão e aprovação na Plenária do Congresso.

Esperamos que esta nossa contribuição possa ampliar os horizontes das perspectivas de mudanças que possam acontecer e consolidar a UNEMAT como UNIVERSIDADE.

Os autores.

Mato Grosso, fevereiro de 1.996

I - UNIVERSIDADE: UM BREVE HISTÓRICO

40 As Universidades possuem em sua matriz de organização a herança do mundo greco-romano e que, com o passar dos tempos e com o desenvolvimento das sociedades e das relações sociais e de produção foram adquirindo novas formas. No feudalismo foram chamadas de *studia generalia*, onde o acesso aos estudos era garantido mediante autorização do Papa, Rei ou Imperador (cf. Wanderley: 1992; 131).

45 Segundo o mesmo autor o termo universidade foi utilizado primeiramente as sociedades corporativas escolásticas e, “provavelmente”, no século XIV, passou a ser utilizado como denominação de uma comunidade de professores e alunos reconhecida e sancionada pela autoridade eclesiástica civil.

50 As Universidades medievais marcaram época com seu perfil obscuro, conservador, permeadas fundamentalmente pela formação teológica.

Na América Latina as Universidades aparecem no século XVI, trazidas pela Espanha ao México, Cuba, Guatemala, Chile, Argentina, etc. No Brasil, em 1920 acontece a primeira experiência de implantação inacabada de Universidade, no Rio de Janeiro.

55 Mas, foi em Córdoba/Argentina (1918), que pela primeira vez a Universidade assume a posição crítica de exigências de reformas, movimento sustentado pelos estudantes, que tinham como bandeira a democratização e autonomia da Universidade. Córdoba passou a ser a referência e o marco de um novo tempo conceitual de Universidade, onde se apontava para os conceitos de Publicidade, Autonomia e Democracia, influenciando assim toda a América Latina.

60 No Brasil, a Universidade se constitui efetivamente no início da década de 30, quando se consolidou a experiência da Universidade de Minas Gerais e a Universidade de São Paulo. Entretanto, já haviam desde 1808, com a vinda de D. João VI, faculdades isoladas como a de Medicina da Bahia, Faculdade de Direito de São Paulo e Recife.

65 Durante toda a história da Universidade brasileira, persistia a importação dos modelos europeus. Em 1960, Brasília aparece com um projeto nacional de Universidade, preocupada com os problemas da nação. Com o golpe de 64 e posteriormente a Reforma instituída pela Lei 5.540 de 29 de novembro de 1968 que: “Representava a aplicação, ao terreno educacional, do programa sócio-econômico do regime vitorioso em 1964, o qual consistia na modernização acelerada do País à custa do seu desenvolvimento endógeno, isto
70 é, obedecendo a um modelo desnacionalizante”. (Bicudo, 1990; 53), a Universidade Brasileira sofre nova mudança de rumos, passando então a orbitar nas idéias norte-americanas, patrulhada pelo poder do Estado, sem autonomia e com rumos e atividades ditadas pelo poder político e econômico.

75 Hoje, embora tenhamos vivido o processo de “redemocratização”, o Brasil ainda não conseguiu superar aquele modelo de Universidade e, na Constituição de 88, segundo Bicudo (1990), não tivemos nenhuma mudança de fundo na educação. O que significa dizer que ainda temos que buscar um modelo próprio de Universidade que garanta a Gratuidade, Democracia e Qualidade.

80 2.1 - ALGUMAS CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE

Sobre as diversas concepções de Universidade que também variam no tempo e conforme sociedades determinadas, podemos citar os “modelos” clássicos:

1. A Universidade como Ambiente de Educação, proposta por J. H. Newman, cujos princípios são:
- 85 "a) dar prioridade ao ensino sobre a investigação;
 - b) prover uma educação universal e liberal;
 - c) dar uma formação sobretudo intelectual sem a preocupação de ser profissionalizante." (Romero: 1988; 11)
2. A Universidade como Comunidade de Investigadores, idealizada por K. Jaspers, partindo "de um postulado que traduz a aspiração da humanidade à verdade, tarefa contínua e que só se pode prosseguir pela investigação incessante." (Romero: 1988; 14). Vincula-se nesta concepção a função intrínseca da investigação no aprendizado, pressupondo a participação dos atores envolvidos no processo de conhecimento. É basilar nesta concepção a autonomia, cabendo ao Estado o papel de encorajador e protetor das pressões externas, exercendo controle no único sentido de que a mediocridade não se instale. Este é o modelo alemão.
3. A Universidade como Centro de Progresso, por A.N. Whitehead, requer a união da investigação e do ensino tendo como princípio a noção de progresso. Entretanto, as condições de progresso de uma sociedade não se identificam necessariamente com os objetivos políticos do Estado, devendo distinguir-se aquela deste, devendo a Universidade, para contribuir para o progresso da sociedade, usufruir de uma ampla independência em relação ao Estado" (Romero, 1988; 17). Nesta concepção estão inseridas as Universidades norte-americanas.
4. Universidade como Molde. Concebida por Napoleão, esta instituição pretende unificar a moral e as idéias políticas da geração que se educa num mesmo modelo. Neste sentido, a Universidade é mantenedora da ordem e submissa às ideologias do Estado. A preocupação está voltada para o ensino profissionalizante. As Universidades francesas foram as que melhor utilizaram estes princípios.
5. A Universidade como Fator de Produção. Originada na extinta União Soviética, este "modelo" apresenta-se como um instrumento de consolidação política do Estado, estando assim a Universidade submetida aos interesses daquele, com uma função político-ideológica bem definida. Garantindo a gratuidade e acesso à todos ao sistema de ensino superior, relacionando a investigação acadêmica com a vida prática e necessidades sócio-políticas. (Romero; 1988).
- Para trazer esta discussão para mais próximo de nossa realidade, podemos citar o conceito de Universidade expressa por Luiz Eduardo Wanderley: "...a Universidade é um lugar - mas não só ela - privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão."(Wanderley: 1982).

2.2 - CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE DA ANDES/SN

130 A ANDES/SN - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior/
Sindicato Nacional, concebe a Universidade como importante patrimônio social, se
caracteriza pela sua necessária dimensão de Universalidade na produção e transmissão da
experiência cultural e científica da sociedade. Ela é, essencialmente, um elemento
constitutivo de qualquer estratégia de transformação social. Neste sentido, a Universidade
135 é uma instituição social de interesse público, independentemente do regime jurídico a que se
encontra submetida e da propriedade do patrimônio material a que se vincula.

Esta dimensão pública das instituições de ensino superior se efetiva
simultaneamente pela sua capacidade de representação social, cultural, intelectual e
científica. E, a condição básica para o desenvolvimento desta representatividade é a
140 capacidade de assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico, que exige
respeito à diversidade e ao pluralismo. Desta forma, não lhe cabe apenas preencher uma
função de reprodução de estruturas, relações e valores, mas acolher os mais diversos
elementos que possam constituir questionamentos críticos, indispensáveis para configurá-la
como um dos fatores dinâmicos na evolução histórica da sociedade.

145 Assim entendida, a Universidade pode também contribuir para a adequação
das estruturas do Estado às aspirações democráticas em curso na vida política, nacional e
internacional, e, em especial ser elemento ativo de intervenção democrática na vida da
sociedade brasileira. Para realizar tais tarefas permanecem ainda atuais os desafios de
democratização e autonomia da estrutura universitária, para garantir o desempenho da
150 Universidade enquanto instituição estratégica da sociedade. A ela caberá a clarificação dos
diversos projetos e viabilizar soluções para a complexidade dramática de uma sociedade que
é campeã mundial de concentração de renda, de baixos salários e de fome. A sociedade
deve exigir da Universidade o encaminhamento dessas soluções.

155 Mas, e a UNEMAT, como ela se insere nesse contexto de Universidade num
estado como Mato Grosso? Este é o próximo ponto do qual trataremos.

III - A CONJUNTURA E O CONGRESSO DA UNEMAT

160 A principal característica que marca a conjuntura política em todo o mundo é a disposição crescente do capitalismo internacional de direcionar a maioria de suas ações para garantir a lucratividade do capital fora da atividade produtiva.

165 É assim que boa parte do lucro da maioria das grandes empresas industriais do mundo (como a General Motors Corporation) são gerados fora da sua atividade mas diretamente no mercado financeiro. Calcula-se que diariamente cerca de 3 trilhões de dólares circulam, por circuitos eletrônicos, entre as principais praças econômicas do mundo, a procura da "aplicação" mais lucrativa, gerando lucros gigantescos sem que qualquer tipo de mercadoria seja produzida e, portanto, sem que se aumente minimamente o mercado consumidor mundial.

170 Ao contrário, o que se verifica é o fechamento de fábricas, a desertificação dos campos, e o conseqüente aumento do desemprego, da fome, da miséria, da marginalidade e da violência. Continentes e regiões inteiras do mundo são consideradas descartáveis. A África é o exemplo que nos é dado por esta nova etapa do desenvolvimento do capitalismo. Depois de séculos de exploração, o continente africano é literalmente abandonado. Nas regiões onde existe algum tipo de riqueza, o capitalismo internacional estimula as guerras tribais, jogando uns contra os outros, para facilitar a exploração de recursos naturais.

180 Produto da decomposição do próprio capitalismo, verifica-se que ao lado da atividade crescente no mercado financeiro especulativo, as atividades parasitárias crescem de forma gigantesca. O narcotráfico já movimentava mais de 1 trilhão de dólares por ano e atua cada vez mais por dentro e em sintonia com o sistema financeiro internacional controlado pelos grandes bancos americanos. Como noticia a imprensa, atualmente no Brasil a Polícia Federal está investigando a lavagem de dinheiro do narcotráfico por bancos instalados no país, entre os quais o Citybank, um dos maiores bancos americanos.

185 Também produto do parasitismo do capitalismo em sua etapa atual é o comércio de armas, controlado pelos americanos, que estimulam as guerras, as escaramuças de fronteiras e os conflitos regionais, onde os capitalistas ganham fortunas com a venda de armas e depois, outra fortuna com a reconstrução dos países destruídos. As recentes guerras do Iraque e da Iugoslávia nos são vendidas como sendo coisas de um ditador (Sadan Hussein) lutando contra governos bonzinhos (os governos ditatoriais do Kuwait e da Arábia Saudita) ou guerras étnicas (a guerra entre povos diferentes da Iugoslávia). Na verdade as empresas de armamentos ganham com a guerra e depois, as suas coligadas ganham com a reconstrução. Atualmente trava-se uma disputa entre empresas americanas, européias e japonesas para ver quem terá a maior parte dos projetos de reconstrução do Iraque. Mas não foram eles que destruíram? E como essas empresas se entendem tão bem com Sadan Hussein!

195 Mas a atual etapa de desenvolvimento do capitalismo, com o crescimento acelerado da especulação e do parasitismo, exige que todo o capital produtivo seja drenado para a especulação. Assim é que o Estado, que cumpria alguma função reguladora, mediadora entre os conflitos existentes no interior da sociedade, amenizando-os, agora é chamado a cumprir a sua parte. Em todos os países, o chamado "Estado mínimo" é expressão da necessidade que tem o capital de que os imensos recursos concentrados na

200

mão do Estado sejam drenados para a especulação financeira, ou seja, para garantir a rentabilidade do capital especulativo.

205 Dessa forma, a chamada "Reforma do Estado" nada mais é que uma necessidade do capitalismo internacional no sentido de que todo o capital que deveria ser aplicado na satisfação das necessidades sociais da população seja desviado para a especulação financeira. Assim o ataque aos serviços públicos, com a destruição de setores inteiros, com demissão de funcionários e a privatização de empresas e serviços, serve diretamente a esses interesses do capital. Os setores ainda rentáveis são privatizados e vão se transformar em fonte de lucros. Os setores não rentáveis, como a saúde e a educação, são

210 destruídos, deixando a população carente abandonada. Quem pode pagar terá os serviços.

Mas é evidente que essa sucessão de ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores provocarão reações. É pensando nisso que o capital internacional procura criar ações que conttenham os trabalhadores e que procure integrar as suas organizações na defesa do chamado "ajuste" organizado pelo FMI e pelo Banco Mundial. As chamadas

215 "políticas sociais compensatórias" são parte dessa estratégia. No México é o PRONASOL (Programa Nacional de Solidariedade), no Brasil é o Comunidade Solidária. Os direitos e conquistas dos trabalhadores, expressão da igualdade que caracteriza os cidadãos, são substituídos por migalhas do Estado, transformando cidadãos em párias, mendigos que vivem às custas do Estado.

220 As táticas utilizadas para a aplicação dessa política são as mais variadas, mas a política de terceirização e principalmente, de descentralização são as mais usadas. No caso da descentralização, descentraliza-se os serviços, transferindo-os para estados e municípios e cortam-se os recursos. Para facilitar o trabalho, criam-se "conselhos" que servem para confundir a população e torná-la co-responsável, enquanto o Estado, o verdadeiro responsável, retira-se do setor, entregando-o à "iniciativa privada". O caso mais conhecido é o SUS.

A chamada "globalização da economia" nada mais é do que a expressão dessa política nas relações econômicas. O que se procura é liberar o capital de qualquer controle, do pagamento de qualquer imposto e, principalmente, de qualquer legislação trabalhista.

230 Esse é o conteúdo da discussão que se faz atualmente no Brasil, da "flexibilização" da legislação trabalhista para, segundo o governo FHC, "criar empregos". A Espanha, campeã da flexibilização, teve um aumento vertiginoso no número de desempregados. Os capitalistas, com a flexibilização não contratam mais trabalhadores e sim, aumentam a produtividade e transformam a diferença em lucros.

235 Os trabalhadores reagem, como aconteceu na França no final do ano passado, com a união de suas organizações, sindicatos e partidos. Por isso os sindicatos e partidos ligados aos interesses da maioria da população são chamados a se integrarem nas "reformas" e serem avalistas da destruição dos serviços públicos. Reagir a essa política é defender a democracia, pois as organizações independentes da classe são produtos da democracia. A

240 independência de classe, se quebra, será expressão do ataque à própria democracia. E é isso o que está colocado em questão hoje.

No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso é um fiel aplicador dessa política geral do capital internacional. Para desenvolver essa sua política, conta com a complacência e o apoio do Congresso Nacional e do Judiciário, totalmente submissos. As

245 chamadas "reformas" que estão acontecendo no Congresso Nacional, não reformam nada,

são expressão do ataque a direitos e conquistas dos trabalhadores inscritos na lei. As privatizações procuram entregar setores rentáveis da economia para os lucros privados. O prosseguimento dessas "reformas" provocarão uma desigualdade social e regional maior do que a já existente, ameaçando desintegrar o país socialmente. A violência nas grandes cidades brasileiras é consequência disso.

250

Em Mato Grosso, estado periférico do país, a política do governo Dante de Oliveira, de seguir fielmente os ditames de FHC, levarão à destruição dos serviços públicos e à privatização dos setores rentáveis (CEMAT, BEMAT). Não há saída para a maioria da população senão lutar para preservar os serviços públicos, lutando para torná-lo o melhor possível, combatendo o clientelismo, a corrupção e adequando-o às suas necessidades.

255

É nesse contexto que se realizará o Congresso da UNEMAT. Temos que ter claro que uma ameaça se avoluma sobre os serviços públicos, inclusive sobre a nossa Universidade. A situação política nos indica que, defender a Universidade pública, gratuita e democrática é o primeiro passo para colocar a UNEMAT em sintonia com os interesses da maioria da população.

260

IV - POR UM PROJETO DE SOCIEDADE E DE UNIVERSIDADE

265 Para que possamos definir com maior clareza qual a Universidade que
queremos é necessário em primeiro lugar, discutir amplamente um projeto de sociedade,
uma vez que a Universidade deve ter um compromisso com a sociedade. Mas que sociedade
e que compromisso?

270 Ora, não é possível pensar numa Universidade que defenda ou que contribua
para a manutenção de uma sociedade cuja principal característica seja a injustiça social.
Num país que possui uma fantástica concentração de terra, onde os 53 maiores latifundiários
possuem quase 12 milhões de hectares de terra, que corresponde a 3 vezes o tamanho da
Dinamarca.

275 Por outro lado, as pequenas e médias propriedades produzem 50% do
produto agrícola do país, geram 80% do emprego, enquanto os grandes latifúndios
produzem apenas 16% da agricultura e empregam 4% dos trabalhadores rurais. (Agenda do
MST: 1995).

Mas é preciso considerar também os veios históricos de nossas problemáticas
sociais e as relações embrionárias com o “modelo de desenvolvimento” adotado.

280 O Brasil como os outros países subdesenvolvidos, fundam suas bases de
“desenvolvimento” numa perspectiva de total dependência à “modelos” importados, dessa
forma, optou-se pelos “transplantes” de altas tecnologias sobre as quais nunca tivemos
domínio e nem condições para desenvolvê-las aqui. Estabeleceu-se forte dependência em
relação aos países desenvolvidos. O Brasil deixa de criar possibilidades alternativas para o
seu próprio desenvolvimento, deixando de levar em conta anseios, necessidades,
potencialidades e sonhos da grande maioria da população. Torna-se assim um instrumento
285 de enriquecimento das nações mais desenvolvidas científica e tecnologicamente.

Na década de 60, com o Regime Militar e a repressão instituída, o Brasil
fortaleceu ainda mais a tendência colonialista e, por outro lado, o autoritarismo findou por
impedir que os atores sociais fossem elementos constituintes fundamentais de uma
alternativa de desenvolvimento.

290 Algumas questões como a inexistência de um projeto nacional, a ampliação
da concentração de renda, o endividamento para um crescimento artificial, deixaram claro, à
partir dos anos 80, a inviabilidade desse “modelo” de desenvolvimento marcadamente
antidemocrático e imitativo, voltado para o atendimento das necessidades da
industrialização, do mercado externo em detrimento do mercado interno. Esta foi a via de
295 ingresso na modernidade à partir dos anos 30 e solidificado com o golpe de 64. “As
conseqüências dessa via de ingresso na modernidade foram a explosão urbana, a violência, a
falta de demanda dos bens industriais básicos, a miséria, o desemprego a tendência à
inflação, a necessidade de endividamento, a instabilidade, a crise social e a elitização da
política e da cultura.” (Franco: 1.994; 11)

300 Hoje, novamente estamos diante de mais um projeto que quer implantar nos
países subdesenvolvidos e, especialmente no Brasil, um modelo importado sem que se
guarde nenhuma relação com as reais e profundas causas dos problemas vividos na
contemporaneidade: É a Reforma Administrativa, Já analisado no item conjuntura.

305 Trata-se agora de extirpar qualquer possibilidade de busca de alternativa de
desenvolvimento para o país, que signifique autonomia e capacidade de autogestão político-

sócio-cultural. Daí porque as universidades estarem sendo tão duramente atacadas, pois, constitui-se num espaço privilegiado com potencial para repensar o desenvolvimento do país e propor alternativas. Trata-se também da possibilidade de que o conhecimento não seja propriedade de grupos mas, patrimônio do povo, da nação.

310 Por esta razão é que entendemos fundamental a consolidação da Universidade que possa realizar com qualidade o ensino, a pesquisa e a extensão, numa relação de compromisso e organicidade com a sociedade, vista como a maioria da população que tem sido historicamente marginalizada e alijada de qualquer processo de desenvolvimento.

315 A universidade deve ter compromisso com a maioria da população que se constitui na grande parcela da qual o Estado e as Políticas Públicas não têm logrado assisti-la. É para esta grande massa que os constantes projetos de “desenvolvimento” foram-na subtraindo das condições básicas e dignas de vida.

320 Por estas razões, acreditamos numa universidade que dê respostas à necessidade de construção de um Projeto Nacional, que possa, para além de sua circunscrição geo-política apontar as possibilidades para uma perspectiva de desenvolvimento que reflita a realidade e, que possa superá-la, superar as constatações, construir uma utopia que tenha como princípio a radicalidade democrática para que possamos construir sujeitos coletivos capazes da práxis social na transformação dessa

325 realidade bizarra.

V - A UNEMAT NO CONTEXTO DE MATO GROSSO

Pensar num projeto de Universidade que possa se comprometer com a contemporaneidade da sociedade, significa também pensar num projeto que leve em conta uma das questões mais sérias e atuais: A questão ambiental. Não numa visão 330 compartimentada e unilateral de abimemente, mas, numa visão holística que situa as relações sócio-culturais no contexto ambiental.

No caso específico de MT, então, este componente é intransigente. Basta ver um pouco de nossa própria realidade.

335 O processo de ocupação do estado se deu de forma acelerada. Dos 320 mil habitantes em 1.960 (antes da divisão do estado), passou a contar com 1.641.431 habitantes, em 1.988, segundo o PNAD do IBGE. A aceleração vertiginosa da ocupação foi em decorrência de correntes migratórias espontâneas e induzidas por políticas governamentais da época. Mato Grosso, à exemplo de Rondônia, serviu como incorporador de levas de 340 migrantes vindos de todas as partes do Brasil, diminuindo, nos seus locais de origem, tensões sociais.

“Este processo de modificações ocorridas nos últimos vinte anos, transformam MT no terceiro Estado brasileiro produtor de grãos, o primeiro em fornecimento de madeira e o segundo fornecedor de ouro.” (PRODEAGRO: 1.992; 2)

345 Embora esses indicadores econômicos tenham se despontado, mas em decadência nos últimos anos, eles não se reverteram em crescimento social e, por outro lado, “tem provocado efeitos ambientais negativos, resultado de um modelo de exploração de recursos naturais que comprometem o futuro e o desenvolvimento auto sustentado.” (PRODEAGRO: 1992;2).

350 O acelerado processo de ocupação e a inexistência de políticas públicas e ambiental, culminaram por estabelecer um “desequilíbrio ecológico” e o agravamento das tensões sociais.

Segundo, ainda, dados do PRODEAGRO: No período entre 1.970 e 1.990, a área desmatada para a agropecuária passou de 1.589.000 ha, para 13.873.000 ha. Estima-se 355 que o desmatamento avança 900.000 h/ano, o que representa aproximadamente 1% da superfície do Estado.

A exploração florestal é intensa, e entre 1,5 e 2 milhões de árvores, ou 3,6 milhões de toras são consumidas anualmente pela indústria madeireira. Essa indústria usa tecnologias antiquadas e desperdiça até 40% da matéria-prima, devido a oferta abundante e barata de toras. Além disso os garimpos envolvem cerca de 300 mil pessoas. São utilizadas 360 40 ton/ano de mercúrio para esta atividade, assoreando e contaminando os rios e seus afluentes e prejudicando a população.

Quanto à questão fundiária, MT figura como um dos estados de maior concentração de terra. Segundo o último censo de 1.985, 70% dos estabelecimentos com 365 menos de 100 ha possuíam 3% da terra enquanto que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha, 7% dominavam 83% da terra. Por outro lado; segundo dados cadastrais de 1.987, MT possui 50.500 trabalhadores sem terra, o que se reflete nos conflitos pela terra e na pressão da sociedade sobre as áreas indígenas.

370 Os povos indígenas também fazem parte do mesmo contexto de problemáticas sócio-ambientais em MT, hoje somam 37 povos, numa população estimada de

14 mil índios, para os quais inexistia qualquer política mais conseqüente de garantia de seus territórios.

375 Em complementaridade ao quadro desenhado, a questão da saúde, por exemplo, é alarmante. A taxa de mortalidade infantil na década de 80 foi de 67,02% na zona rural. Pesquisa da Secretaria de Saúde, indica que grande parte das doenças e da mortalidade são vinculadas à questões sociais como: emprego, renda, habitação, saneamento e culturais devido as migrações.

380 Em contrapartida, as políticas "implementadas" vieram muito mais no sentido de agudizar os problemas que propriamente para resolvê-los ou minimizá-los, são adotadas como saídas os mega-projetos que desrespeitam e desconhecem, muitas vezes, as diversidades e complexidades sócio-ambientais da região e se tornam fontes de recursos fáceis e corruptíveis, pois, não são efetivados sob a participação e controle social, saldo do POLONOROESTE, por exemplo, e correndo sérios riscos o PRODEAGRO.

VI - UMA PROPOSTA PARA A UNEMAT

385

Dito isto, queremos reafirmar que: só se tem uma sociedade justa, se ela é radicalmente democrática, o mesmo ocorre com a Universidade. Portanto adotaremos dois princípios para definição de nosso projeto:

390

1 - Princípio do Compromisso Social e;

2 - Princípio da Democracia,

entendendo que a UNEMAT deve estar em sintonia com os interesses e necessidade da maioria da população no sentido de promover a melhoria das condições de vida, a elaboração cultural e a socialização do conhecimento.

Partindo disto, explicitaremos com mais profundidade tais premissas:

395

6.1 - PRINCÍPIO DO COMPROMISSO SOCIAL

400

Defendemos uma Universidade que tenha como estofos de sua constituição os problemas sociais de seu tempo, num país do terceiro mundo como o nosso é inconcebível uma Universidade que não tenha como eixo de atuação as problemáticas que geram a pobreza, a fome, o desequilíbrio ecológico, a violência... No caso de Mato Grosso, por suas características já citados e necessidade de uma ação efetiva no sentido de sua resolução, a UNEMAT deve se propor a contribuir nesse processo como instituição de ensino, pesquisa e extensão voltada ao atendimento das necessidades da maioria da população. Mas, não somente isso, deve ir além dos problemas, da demanda, para buscar a perspectiva de um futuro mais a longo prazo em todas as dimensões do conhecimento.

405

É possível repensarmos o modelo de desenvolvimento para Mato Grosso que possa servir como referência à um Projeto Nacional, que atenda à necessidade da modernidade.

410

A Universidade deve apontar para esta modernidade, pois: "Cabe à Universidade ajudar na definição de uma nova modernidade que assegure o funcionamento democrático de sociedade, eliminando o apartheid social, construindo uma economia eficiente - com abertura em relação ao exterior, descentralizada - e respeitando a ecologia. Uma modernidade ética, enfim, no sentido de ser definida por seus objetivos e não pelos meios que utiliza." (Cristovam Buarque, Revista ADVIR; ASDUERS; nº 06, 1995).

415

Portanto, caberá à UNEMAT nesse contexto o papel de geradora de conhecimento necessário ao desenvolvimento de Mato Grosso, que respeite as características sócio-ambientais, que possa contribuir no desenvolvimento científico e tecnológico com pesquisas que aponte para melhor aproveitamento sustentado dos recursos naturais tendo o homem, a construção da cidadania, o acesso ao conhecimento, à cultura, à tecnologia, enfim à qualidade de vida, a elementos matrizes e razão da existência da Universidade.

420

Para tanto, a UNEMAT deverá desenvolver linhas de pesquisas científicas e tecnológicas que possam reverter o apartheid social, ao invés de tentarmos imitar os países desenvolvidos ou as grandes Universidades, procurar desenvolver um conhecimento pautado na realidade regional, desenvolvimento de tecnologia que possam servir como instrumentais de desenvolvimento regional e nacional. O conhecimento sobre as potencialidades da região de modo que estes conhecimentos produzidos sirvam para o

425

430 desenvolvimento sócio-ambiental. "Concentrar esforços, por exemplo, em desenvolver
coletores de energia solar, gerador a vento, agricultura orgânica, produção e processamento
local de alimentos e reciclagem de lixo, programas de macro-controle de ecossistema,
pesquisa agrícola ecológica que desenvolva espécies vegetais adaptados sem necessidades de
manipulação genética sofisticada e, sobretudo, métodos novos de produção não centralizada
e não capital-intensiva." (Franco; 1994: 51). Enfim, é preciso buscar formas criativas de
435 contribuição à sociedade e a universidade deve assumir seu papel social, adotando um
Projeto, uma política geral de intervenção que deverá ser maior detalhada no planejamento
dos departamentos.

440 Toda a intervenção da UNEMAT deverá ser sócio-ambiental porque conjuga a
relação da sociedade humana na sua complexidade com o ambiente natural. Portanto esse
projeto de Universidade deverá ter em vista também, a geração de emprego, a política
agrária, fundiária, ecológica e cultural.

6.2 - PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA

445 Somente podemos conceber uma Universidade engajada nas problemáticas de
seu tempo, se for capaz de se comprometer com essa realidade, o compromisso deve ser o
fundamento basilar da Universidade, mas, para que ocorra isso é necessário que haja
"DEMOCRACIA" no sentido amplo da palavra. Democracia para professores, alunos e
funcionários que possam se sentir parte desse projeto e que tenham clareza do seu papel
450 social individual e coletivo. É somente através da DEMOCRACIA que podemos construir o
sujeito coletivo, capaz da práxis social, capaz do compromisso. Segundo Cristovam
Buarque "O entendimento da democracia vai exigir a convicção de que a participação
interna só se justifica como meio para que a Universidade se mantenha em sintonia com a
sociedade em geral com sua luta por soberania e eficiência no caminho para a igualdade."
455 (Revista ADVIR - ASDUERS, nº 06; 1995; pg. 32).

Como pressuposto básico a Democracia deverá estar presente em todos os
níveis de organização da Universidade.

VII - CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A UNEMAT

460 7.1- UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A ciência e tecnologia (C&T) tornaram-se fundamentais para o controle da produção. Dentro do sistema capitalista mundial, os avanços e o aumento de produtividade que elas propiciam, tem como diretriz principal servir à acumulação capitalista. Um dos aspectos principais desse processo é o aumento crescente do desemprego, fato esse que temos observado em todos os países. Eventuais benefícios aos trabalhadores ou à sociedade como um todo, estão subordinados ao já citado processo de acumulação. Além de excluir de seus benefícios a maioria da população do planeta, criando ilhas de prosperidade e consumo, cercadas de miséria por todos os lados, este sistema promove a exaustão acelerada dos recursos naturais, a destruição dos ecossistemas e a deterioração da qualidade de vida.

7.2- CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM MATO GROSSO

O desenvolvimento científico e tecnológico em Mato Grosso sempre foi absolutamente insignificante. A ausência de uma política dos governos estaduais para C&T é constante. Recentemente, como produto do alinhamento automático dos sucessivos governos estaduais com as políticas do governo federal, com as conseqüências já analisadas, as poucas atividades de pesquisas que eram financiadas pelo governo estadual estão acabando. A fusão da EMATER e EMPA, dando origem à EMPAER, é parte da política de destruição desses dois órgãos de pesquisa e extensão governamentais, que agora, de acordo com a chamada "Reforma do Estado" do governo Dante de Oliveira, deverão se tornar auto-sustentáveis financeiramente. Todo o material humano acumulado por anos de investimento vai se perdendo ou se transferindo para empresas privadas, onde o interesse imediato é o lucro. As necessidades da maioria da população, principalmente a rural, é ignorada.

Desde a promulgação da atual Constituição estadual, o seu artigo 352 é solenemente ignorado. Diz ele:

Art. 352 - O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa básica, a autonomia e capacitação tecnológica e a difusão dos conhecimentos, tendo em vista o bem-estar da população, a solução dos problemas sociais e o progresso da ciência."

Como é do conhecimento de todos, esse artigo da constituição não se traduziu em ações efetivas.

Recentemente foi instituída a FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso). A FAPEMAT pode vir a se tornar um importante ponto de apoio financeiro para o desenvolvimento tecnológico de Mato Grosso. Para que isso aconteça, é fundamental que se cumpra um outro artigo da Constituição estadual, o 354, que diz:

430 desenvolvimento sócio-ambiental. "Concentrar esforços, por exemplo, em desenvolver
coletores de energia solar, gerador a vento, agricultura orgânica, produção e processamento
local de alimentos e reciclagem de lixo, programas de macro-controle de ecossistema,
pesquisa agrícola ecológica que desenvolva espécies vegetais adaptados sem necessidades de
435 manipulação genética sofisticada e, sobretudo, métodos novos de produção não centralizada
e não capital-intensiva." (Franco; 1994: 51). Enfim, é preciso buscar formas criativas de
contribuição à sociedade e a universidade deve assumir seu papel social, adotando um
Projeto, uma política geral de intervenção que deverá ser maior detalhada no planejamento
dos departamentos.

440 Toda a intervenção da UNEMAT deverá ser sócio-ambiental porque conjuga a
relação da sociedade humana na sua complexidade com o ambiente natural. Portanto esse
projeto de Universidade deverá ter em vista também, a geração de emprego, a política
agrária, fundiária, ecológica e cultural.

6.2 - PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA

445 Somente podemos conceber uma Universidade engajada nas problemáticas de
seu tempo, se for capaz de se comprometer com essa realidade, o compromisso deve ser o
fundamento basilar da Universidade, mas, para que ocorra isso é necessário que haja
"DEMOCRACIA" no sentido amplo da palavra. Democracia para professores, alunos e
funcionários que possam se sentir parte desse projeto e que tenham clareza do seu papel
450 social individual e coletivo. É somente através da DEMOCRACIA que podemos construir o
sujeito coletivo, capaz da práxis social, capaz do compromisso. Segundo Cristovam
Buarque "O entendimento da democracia vai exigir a convicção de que a participação
interna só se justifica como meio para que a Universidade se mantenha em sintonia com a
sociedade em geral com sua luta por soberania e eficiência no caminho para a igualdade."
455 (Revista ADVIR - ASDUERS, nº 06; 1995; pg. 32).

Como pressuposto básico a Democracia deverá estar presente em todos os
níveis de organização da Universidade.

“Art. 354 - O Estado instituirá a Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Mato Grosso, atribuindo-lhe dotação mínima correspondente a dois por cento da receita tributária, como renda de sua privativa administração.

505

§ 1º - A dotação fixada no “caput”, calculada sobre receita prevista para o exercício, será transferida em duodécimos no mesmo exercício

510

§ 2º - Os custos operacionais e de pessoal da Fundação não poderão ser superiores a cinco por cento de seu orçamento.”

Trata-se agora de consolidar a FAPEMAT, garantindo a aplicação do art. 354 da Constituição Estadual e dotando-a de condições efetivas de ser um centro fomentador de pesquisas, em sintonia com os interesses da maioria da população. Teremos então um bom patamar para que comecemos um processo de desenvolvimento científico e tecnológico em Mato Grosso.

515

7.3 - ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA UNEMAT

520

Partindo da situação quase nula da pesquisa científica e tecnológica em Mato Grosso, a UNEMAT deve assumir a responsabilidade de se transformar em um polo irradiador de C&T, da prática da pesquisa e da formação de pesquisadores em nosso estado. Para isso, toda a sua política de C&T deve estar em sintonia com os interesses sociais da maioria da população. Isso significa que a relevância social deve estar presente em todas as linhas de pesquisas da UNEMAT.

525

Para a UNEMAT, não existe uma política de C&T sem que o financiamento esteja minimamente assegurado. Nesse sentido, deve-se atuar politicamente para fortalecer a FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Mato Grosso) como agente financiador de pesquisa e tecnologia em Mato Grosso, procurando dota-la, permanentemente, de recursos a partir do patamar mínimo estabelecido no artigo 354 da Constituição estadual. A direção da UNEMAT atuará também no sentido de que os recursos da FAPEMAT sejam direcionados para o financiamento de pesquisas em instituições públicas de Mato Grosso.

530

Entendendo o desenvolvimento científico e tecnológico como intrínseco à Universidade, a UNEMAT, por sua direção, trabalhará para que as linhas de pesquisas que sejam desenvolvidas por seus pesquisadores sejam financiadas a partir de seu orçamento regular ou de convênios. Fará desaparecer todo tipo de intermediação de recursos financeiros, como as fundações existentes em seu interior (FAESP), embriões de mecanismos privados de pesquisas, voltados para o lucro, sem compromisso social, mecanismos cada vez mais claros de desresponsabilização do Estado para com a educação e a C&T.

540

A UNEMAT criará mecanismos desburocratizados para formulação, acompanhamento e avaliação dos trabalhos, de forma a garantir o fluxo contínuo de recursos financeiros para o desenvolvimento das pesquisas, de modo que a dedicação maior do pesquisador esteja centrada na execução do projeto.

545

A elaboração e execução de projetos de pesquisa deverão estar sob a responsabilidade de organismos colegiados, democraticamente constituídos, a partir de diretrizes de política de pesquisa definida, em contraposição ao atrelamento a prioridades fixadas externamente pôr agências financiadoras, públicas ou privadas.

550

A avaliação da produção científica e tecnológica na UNEMAT, deverá ser feita de modo democrática, tomando pôr base a necessária responsabilidade social e acadêmica desta produção. Também deverá valorizar e respeitar as características, vocações e necessidades regionais conforme descrito no item VI. Procurará ter uma atuação em consonância com a manutenção do caráter público das descobertas, dentro da ótica da autonomia, independência e não atrelamento da UNEMAT a interesses outros que não aqueles emanados da sociedade.

555

A UNEMAT deverá garantir que as informações e dados obtidas pelas pesquisas desenvolvidas com recursos públicos ou no seu interior, sejam sempre amplamente divulgados.

560

A avaliação dos impactos da introdução das novas tecnologias deverá ser feita constantemente pela UNEMAT, estimulando o debate sobre a relação instituição de ensino versus outras instituições com o objetivo de pensar o público com o conjunto da sociedade.

A UNEMAT deverá estabelecer uma política de relações institucionais permanente com outras universidades, entidades e centros de pesquisas do Brasil e do exterior, tendo como principal fator o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos de interesses comum e a reciclagem e a capacitação docente e técnica. Estimulará que seus pesquisadores e técnicos participem de congressos, conferências e simpósios no Brasil e no exterior bem como desenvolverá esforços para a realização dos mesmos em suas dependências.

565

A UNEMAT deverá promover a assinatura de revistas científicas brasileiras e estrangeiras, das diversas áreas do conhecimento, de modo a tornar acessível a seus pesquisadores o resultado das pesquisas e trabalhos que estão sendo realizados. Colocará em circulação a sua revista de caráter científico, com periodicidade a ser definida pôr um conselho editorial da UNEMAT, eleito pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Essa revista fugirá a todo caráter propagandístico e personalista que caracteriza algumas revistas internas de universidades. Da mesma forma, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão escolherá um conselho editorial para a editora da UNEMAT (editora Aguapé), que se encarregará de definir uma política editorial para a mesma.

570

575

VIII - A UNIVERSIDADE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

580

Muitas vezes, tomados pelo desejo de mudanças na estrutura e metodologia de ensino, caímos em metodologismos que não dão conta de superar a profunda crise de qualidade no ensino de maneira geral. A pesquisa tem sido vista como a grande “salvadora” do ensino e da Universidade. Caindo muitas vezes em banalizações da prática e do conceito de pesquisa.

585

A pesquisa é a única condição para a produção do conhecimento, sem isso o que faremos é mera repetição do conhecimento já acumulado. Entretanto, pesquisa é atribuição de professor, ela irá consolidar na sua instituição a política de Ciência e Tecnologia (ver caderno nº 02 da ANDES).

590

O professor-pesquisador tem em tese, melhores condições de ensino porque tem o conhecimento acumulado, constantemente reformulado pela experiência de pesquisa.

Dessa forma o aluno deve também compartilhar da experiência investigativa científica, como estagiário ou bolsista ou outras alternativas. Mas, não devemos confundir isso com a formação de pesquisadores ou de profissionais “para a pesquisa”, preferimos a denominação de formação “com pesquisa”.

595

Isto significa dizer que a formação a nível de graduação deve se preocupar com o desenvolvimento de capacidades de interpretação crítica da realidade e do conhecimento acumulado, capacidade de absorver e criar novos conhecimentos, de modo que, possa vir a ser um pesquisador, um cidadão capaz de constante reciclagem no conhecimento acumulado.

600

Ter claro que a nível de graduação o fundamental é que o aluno rompa o senso comum, que seja capaz de análises aprofundadas e críticas, acesso à contemporaneidade do conhecimento acumulado, abertura para novos conhecimentos e, fundamentalmente, compromisso com a realidade em que se insere. Para tanto deve-se pensar num currículo que contemple as necessidades da modernidade, que esteja voltado para a realidade nacional e regional (não desvinculado da realidade internacional), que garanta acesso aos instrumentos da informática e que tenha uma preocupação intrínseca com as questões sócio-ambientais que é a tônica de nossa região.

605

610

8.1 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ESPECIAIS E EXPANSÃO.

A UNEMAT deverá continuar desenvolvendo os projetos de práticas pedagógicas especiais (Licenciatura parceladas, Escola de Aplicação, Projeto de Claudia) visando sanar a curto prazo as deficiências educacionais do Estado.

615

Porém, a Universidade enquanto instituição autônoma para definir seus compromissos sociais não pode estar subordinada aos interesses dos grupos políticos que se alteram no governo. Os projetos de prática pedagógicas especiais não podem de forma alguma serem captados como programa governamental. A UNEMAT não é um “órgão descentralizado” da Secretaria de Estado da Educação.

620

A criação de campi e implantação de cursos no interior do Estado deve ocorrer a partir de um procedimento democrático e crítico de avaliação das necessidades e interesses regionais. E não a partir dos interesses pessoais de políticos e grupos dominantes.

Os docentes destes projetos especiais devem ser preparados pela UNEMAT e contratados pela SEC, via concurso público para que se evite a terceirização da educação e o surgimento de "Universidade paralela", e precária, ou seja para que se garanta a efetividade contratual do trabalho docente. Os direitos trabalhistas relativos à segurança e seguridade devem ser garantidos a mercê das viagens para realização de etapas letivas previstas. Bem como deve ser garantido ajuda de custo, diária, transporte e moradia (Estado).

8.2 - PRINCÍPIOS DA ESTRUTURA CURRICULAR

Nos últimos tempos, tem-se buscado mudanças e inovações no ensino superior, dada a crise de referenciais e princípios em todos os setores da sociedade. E a educação é um dos setores em que se evidencia esta crise, pois ela assume a missão de busca e criação de novos paradigmas, em que possa calçar e redefinir suas ações e função. Esta redefinição se faz necessária dada as novas tendências e o crescimento acelerado de setores da economia, permeando pela educação e outras instituições um grande arrocho financeiro e uma busca pela qualidade a menor custo, é também função da Universidade, garantir que o crescimento econômico se coloque a serviço do desenvolvimento social, permitindo a maioria da população acesso aos bens materiais e culturais.

Entendemos que não só a estrutura curricular dos cursos de graduação devam ser redefinidas, como também a dinâmica do trabalho, a postura política do professor, a competência técnica profissional e a formação contínua, para que possamos fazer da Universidade uma Instituição que tenha uma produção e criação científica e técnica, voltadas para os interesses da maioria da população.

De acordo com estes princípios, os programas de ensino, pesquisa e extensão da UNEMAT, deverão ter programas voltados para a formação cidadã do ser humano, preparando-o para as lutas sociais, para a democracia e para o trabalho de forma eficiente e competente.

Propomos portanto, que o eixo norteador nos Currículos dos Cursos da UNEMAT, seja a formação cidadã do ser humano, para que não fiquemos estagnados e alheios as modificações e transformações do mundo e na relação destas com o trabalho.

Os Currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação deverão adotar estruturas organizacionais que possibilitem mobilidade e adequação dos cursos de acordo com o tempo, diversidade regional e necessidades apresentadas. Para tal, propomos uma estrutura que além das matérias obrigatória, conforme prevê a Lei definindo-se o Currículo Formal, que cada Curso em sua estrutura apresente disciplinas optativas de áreas de conhecimentos compatíveis com a formação pretendida, definindo-se a obrigatoriedade de um mínimo de horas acrescidas ao Currículo.

Propomos também, modalidade e a prática do Currículo Livre, ou seja, uma modalidade que oportunamente se ofereça disciplinas de complementação, partindo-se de uma avaliação prévia obedecendo critérios claros da necessidade do oferecimento desta modalidade, onde participam docentes e discentes, objetivando resgatar ou acrescentar formação e informação para o estudante.

Desta forma, buscaremos romper com os currículos estanques, indo além do preparo técnico de profissionais para carreiras bem definidas, através de uma prática e de um

saber científico e técnico, propiciando a condução do indivíduo a formação do cidadão ativo.

670 As três modalidades que se propõe aos currículos - formal, optativo e livre - deverão permear as três funções básicas da Universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo assim, uma práxis aliada a produção técnica e científica e a estas, os interesses populares, garantindo desta forma e a função social da Universidade.

675 Uma estrutura curricular que propicia esta flexibilidade e mobilidade organizacional e estrutural - currículo formal e não-formal - conduz necessariamente a canais de avaliação periódica do desempenho e alcance de cada curso na formação pretendida, superando as limitações, numa perspectiva de novos paradigmas.

680 8.3 - FORMA DE INGRESSO E PERIODICIDADE PARA OS CURSOS REGULARES DA UNEMAT.

Considerando que toda forma de vestibular é excludente, pela própria natureza elitista da Universidade, mas que podemos diminuir o fosso existente entre aqueles que podem fazer cursinhos e os alunos mais carentes, pensou-se numa forma de vestibular para a UNEMAT que, se por um lado não corrige todas as injustiças do processo, por outro, busca garantir um mínimo de igualdade de condições entre os candidatos.

Propõe-se assim, que o vestibular seja dividido em duas etapas:

690 PRIMEIRA ETAPA: VESTIBULAR ELIMINATÓRIO

Será feita num só dia, uma prova contendo 100 (cem) questões, objetivas de múltipla escolha, onde serão testados conhecimentos gerais contemporâneos dos alunos. Tais questões, de grau de dificuldade mediana, privilegiando aspectos sócio-econômico-culturais do mundo, proporcionando tanto em suas relações internas quanto externas.

695 Nesta prova haverá espaço também, nunca passando o total de 20% para questões de matemática, física, química e biologia.

Por ser eliminatória, esta etapa eliminará todos aqueles que não acertarem o mínimo de 25% das questões.

700 Acreditamos assim, que nesta primeira etapa a oportunidade de estudo e de ingresso, de certa forma se iguala tanto para alunos da escola pública, quanto da escola privada.

SEGUNDA ETAPA: VESTIBULAR CLASSIFICATÓRIO

705 No máximo um período de 03 (três) dias após a primeira etapa do vestibular, o aluno deverá saber se está apto ou não a fazer a segunda fase do vestibular.

Esta segunda etapa, contará com duas provas subjetivas, todas ligadas ao curso que o candidato optou, ou seja:

Uma dissertação (com tema proposto pela UNEMAT) abordando questões que envolvem aspectos do curso.

710 Haverá ainda, uma outra prova (de dificuldade mediana), envolvendo questões gerais da área de conhecimento que pretende-se abraçar tais questões exigirão um conhecimento panorâmico do curso e não uma visão específica.

Os candidatos da 3ª idade não prestarão vestibular, serão submetidos a entrevistas e análise de "experiência de vida" por uma banca constituída para tal.

715 Será permitido ao departamento realizar programas especiais - ofertas de curso nos municípios distantes da sede do Campus regional.

Neste caso a forma de ingresso será estabelecido em parceria com a instituio conveniada e divulgado em edital pelo departamento.

720 Os critérios de ingresso para os programas de Pós-Graduao serão determinados pelas faculdades com aprovao do CONEPE.

8.3 - FORMA DE INGRESSO E PERIODICIDADE PARA OS CURSOS REGULARES DA UNEMAT

Considerando que toda forma de vestibular  excludente pela própria natureza da Universidade, mas que podemos diminuir o fosso existente entre aqueles que podem fazer vestibular e os alunos mais carentes, pensou-se numa forma de vestibular para a UNEMAT que se por um lado não exige todas as condies do processo, por outro, busca garantir um mínimo de igualdade de condies entre os candidatos.

Propo-se assim, que o vestibular seja dividido em duas etapas:

PRIMEIRA ETAPA VESTIBULAR ELIMINATORIO

Esta etapa será realizada em duas provas contendo 100 (cem) questões objetivas de múltipla escolha, onde serão testados conhecimentos gerais concernentes aos aspectos culturais do mundo, proporcionando, assim, em suas etapas internas quanto externas, uma prova bastante espaçosa, nunca passando o total de 20% para questões de mnuteno (física, química e biologia).

Por ser eliminatória, esta etapa eliminar todos aqueles que não alcançarem o mínimo de 25% das questões.

Adicionalmente assim, que nesta primeira etapa a oportunidade de estudo  de natureza de certa forma se iguala tanto para alunos da escola pública quanto da escola privada.

SEGUNDA ETAPA VESTIBULAR CLASSIFICATORIO

Não máximo, um período de 03 (três) dias após a primeira etapa do vestibular, o aluno deverá aguardar se está apto ou não a fazer a segunda fase do vestibular.

Esta segunda etapa, contará com duas provas subjetivas, todas ligadas ao curso que o candidato optar, em que:

Uma dissertao (com tema proposto pela UNEMAT) abordando questões que envolvem aspectos da cultura.

 haverá ainda, uma outra prova (de múltipla escolha), envolvendo questões gerais de teste de conhecimento que pretdo-se avaliar por questões extrínsecas, em conhecimento panorâmico do curso e não uma visão especial.

IX - POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

725 A UNEMAT tem hoje um quadro de docentes em que mais da metade se encontra em situação irregular, com contratos de trabalho precários, numa situação de interinidade, o que causa insegurança e instabilidade na implantação e continuidade de política de ensino, pesquisa e Pós-Graduação bem como na práxis pedagógica, pois, a todo instante o professor poderá se ver fora da instituição pelos contratos vencidos. Portanto para início de conversa a UNEMAT deverá realizar concurso público para suprimento de vagas que possam estabilizar a situação e dar perspectivas de maior investimento em recursos humanos.

730 A capacitação não poderá ser entendida apenas como qualificação docente via titulação, ela precisa ser um processo permanente de reciclagem, de formação que possa dar condições do docente de exercer o seu papel pedagógico tanto no ensino, pesquisa e na extensão como na direção da Instituição.

735 A capacitação se fará nas seguintes condições:

- 1 - Através de Programa de Capacitação, desenvolvido pela própria UNEMAT ou por outra Instituição
- 2 - Programa de Capacitação para a pesquisa;
- 3 - Fórum Permanente de Pesquisa científica e Práticas Pedagógicas;
- 740 4 - Cursos de Pós-Graduação.

9.1 - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA A PESQUISA

745 Levando-se em conta a realidade da UNEMAT que não possui experiência na área da pesquisa, deverá ser implantado um Programa de Capacitação para a Pesquisa, na qual se encontrará professores visitantes com respeitada experiência de pesquisa nas mais diversas áreas para um programa especial por tempo determinado com o objetivo de orientar e acompanhar docentes da UNEMAT na realização de pesquisas em consonância com as linhas gerais aqui definidas para a Universidade

750

9.2 - FÓRUM PERMANENTE DE PESQUISA CIENTÍFICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

755 Deverá ser um espaço democrático de intercâmbio de experiências de todas as áreas de conhecimento da Universidade. Este Fórum deverá ser vinculado ao CONEPE e se reunirá duas (02) vezes ao ano para socializar experiências. As apresentações e discussões deverão ser públicas, com a participação da comunidade externa. A produção dos anais deverá procurar atender à linguagem simples, mas de qualidade, de modo a ser compreendida pela comunidade em geral. O Fórum será itinerante, respeitando a estrutura multicampi da Universidade.

760

A organização do Fórum será feita por membro dos núcleos de Pesquisa e pela coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão. O centro de comunicação deverá prover das condições necessárias à divulgação das atividades do Fórum.

765 9.3 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

IX - POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

- Os cursos de Pós-Graduação visam atender à necessidade de qualificação do quadro docente e aprofundamento intelectual para realização da pesquisa, no sentido de consolidar a instituição como espaço de produção do conhecimento. Para tanto, deverá se observar as seguintes questões:
- 770 1- Prioridade aos cursos de Pós-Graduação que guardem relação com o Projeto da Instituição detalhada no Departamento;
- 775 2- Critérios de saída de docentes, discutida no departamento em observância ao Projeto Institucional. A Instituição somente assumirá as decisões tomadas nas instancias democráticas, cabendo ao departamento discutir entre seus pares as condições, o nº de saída para a Pós-Graduação, sem que haja prejuízo de qualidade ao curso de graduação. Deverá prover com antecedência a substituição dos professores em Pós-Graduação, via planejamento anual.
- 780 3- A Instituição deverá ampliar o apoio à Pós-Graduação, através da negociação junto aos órgãos competentes, pelo aumento do nº de bolsas.
- 785 4- Os docentes afastados para capacitação, manterão todos os seus direitos durante o período do afastamento.
- 5- O professor será dispensado de atividade didática durante o prazo de cumprimento de crédito, ainda que realize a Pós-Graduação na própria Instituição.
- 790 6- O professor terá apoio institucional para deslocamento para capacitação em outras instituições do país ou do exterior.

02 - FÓRUM PLURIANUAL DE PESQUISA CIENTÍFICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Deverá ser um espaço demarcado de intercâmbio de experiências de forma as áreas de conhecimento da Universidade. Este Fórum deverá ser vinculado ao COMPER e ao núcleo de pesquisas e práticas pedagógicas. As apresentações e discussões deverão ser públicas com a participação da comunidade externa. A produção dos artigos deverá procurar atender à linguagem simples, mas de qualidade, de modo a ser compreendida pela comunidade em geral. O Fórum será itinerante, respeitando a estrutura organizacional da Universidade.

A organização do Fórum será feita por membros dos núcleos de Pesquisa e pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão. O centro de comunicações deverá prover das condições necessárias à divulgação das atividades do Fórum.

03 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

X - ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

795 Partindo do princípio radical da democracia, a organização da Universidade
deve guardar estreita ligação com este princípio, materializando na participação da
comunidade acadêmica nas instâncias deliberativas, geradora de políticos institucionais.
Mas, é preciso antes, transformar a estrutura burocrática em instâncias democráticas e de
decisões políticas, romper com o conceito da Democracia Formal e estabelecer de fato a sua
realização no cotidiano de nossas ações.

800 Para isso propomos o seguinte quadro:

10.1 - REITORIA

805 A Reitoria, exercida pelo Reitor e vice-reitor, é o órgão que executa,
superintende, coordena e fiscaliza a execução das políticas superiores e gerais da
Universidade.

O Reitor, é o agente executivo da Universidade.

O Reitor e vice-reitor, eleitos pela comunidade acadêmica, serão nomeados
pelo Governador do Estado e empossados pelo Secretário de Estado de Educação.

810 Poderão candidatar-se à Reitoria os docentes da UNEMAT que atenderem
aos seguintes requisitos:

- Efetividade no cargo de magistério, adquirida após o estágio probatório;

- Tempo de serviço ininterrupto de, no mínimo, 04 (quatro) anos;

815 O mandato do Reitor será de 04 (quatro) anos.

O Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo vice-reitor;

10.2 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

820 A Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, dirigida por
servidor de nível superior ou docente, é o órgão que supervisiona, coordena, executa e
fiscaliza as políticas administrativo-financeiras.

As secretarias são instâncias de assessoria diretamente ligada a Reitoria.

825 Terão a função técnica, de desenvolvimento de atividades de planejamento, administração
financeira, de recursos humanos e material, devendo se organizar de modo a executar as
suas funções.

10.3 - OS CONSELHOS DELIBERATIVOS

830 CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

835 Órgão máximo da Universidade, responsável pelos políticos gerais da
Universidade, com funções normativas, consultivas, deliberativas e de administração com
vista à consecução dos objetivos da Universidade. O CONSUNI terá a seguinte
composição:

- Reitor/Presidente;
 - Coordenadores Regionais;
 - 03 representantes eleitos por segmento, eleitos por seus respectivos pares;
- 840 - 01 representante do Conselho Estadual de Educação;
- 01 representante de entidade representativa de Professores da Rede de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado de Mato Grosso.

845 CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE

O CONEPE é o órgão que de deliberação das políticas voltadas para o ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as deliberações gerais do CONSUNI e órgão supervisor, orientador e coordenador, com funções normativas, consultivas e deliberativas.

850 Será assim constituído:

- Reitor;
 - Vice-reitor/presidente
 - Diretores de Faculdades e Institutos;
- 855 - Coordenadores de política de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- 03 representantes de cada segmento, eleito entre os seus pares.

O CONEPE terá, além da função político-deliberativo, a função técnica de acompanhamento e orientação da execução política de Ensino, Pesquisa e Extensão. contando para isso com as Coordenadorias de Políticas de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPEP, conforme descrição à seguir:

865 10.4 - COORDENADORIAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CEPEP

O CEPEP funcionará como instância de orientação, avaliação e desenvolvimento das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Serão submetidas ao CONEPE, funcionando como órgãos de assessoria ao conselho.

870 Terá como atribuição a constante avaliação das atividades de ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, analisando e acompanhando projetos e mantendo informado os conselheiros do CONEPE e seu presidente sobre a situação dos mesmos. Deverá promover a publicação dessas avaliações de modo que seja possível à todos acompanhar o desenvolvimento das políticas da Instituição.

875 Com estes fins, institui-se as seguintes Coordenadorias:

1- Coordenadoria de comunicação: responsável pelo fluxo de todos as formas de comunicação dentro e fora da Universidade.

880 2- Coordenadoria de Avaliação Institucional: responsável pelo processo de Avaliação Institucional, deverá acompanhar os departamentos, faculdades e Institutos no

desenvolvimento de mecanismos democráticos de avaliação com vistas à execução do objetivo da Universidade.

885 3- coordenação de Graduação: Para o desenvolvimento das atividades de graduação terá sua circulação estreita com os departamentos, coordenações regionais, Faculdades e Institutos no acompanhamento da implementação das políticas pedagógicas responsável pelo acervo bibliográfico central, pela administração acadêmica e pelo apoio e assistência estudantil.

890 4- Coord. de pesquisa e Pós-Graduação: Responsável pela viabilização das políticas de Pesquisa e Pós-Graduação, política de capacitação docente (ver item sobre capacitação docente).

895 Os coordenadores dos núcleos deverão ser pessoas capacitadas para a função, indicadas pelas Faculdades e Institutos e eleitos no CONEPE, serão observados os seguintes critérios: capacidade profissional; experiências e capacidade de articulação política.

10.5 - NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISAS - NEPES

900 Os núcleos de estudos e pesquisas também ligados ao CONEPE, serão instâncias de discussões reflexões, produção de conhecimento, envolvendo as mais diversas áreas do saber numa perspectiva interdisciplinar com vistas à realização de projetos que visem o desenvolvimento ambiental, social, artístico-cultural, político e econômico do Estado. Sua política vincula-se àquelas definidas no CONSUNI e CONEPE.

905 Poderão ser membro dos NEPES pesquisadores das instituições, estagiários e pesquisadores não pertencente aos quadros da UNEMAT. Os NEPES terão regimento próprio de funcionamento, à políticas gerais da Instituição, a UNEMAT deverá dispor de condições materiais e humanas necessárias ao funcionamento dos NEPES. Ao pesquisador da UNEMAT com função de coordenação do núcleo será dispensado parte do seu tempo de trabalho, em Regime de Dedicção Exclusiva - DE, para exercer a função. Também serão liberados funcionários necessários ao funcionamento do núcleo.

910 Os NEPES fazem transpor as barreiras dos departamentos, criando condições para o Exercício intelectual interdisciplinar de modo que venha concretizar a qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

915 10.6 - ORGANIZAÇÃO DOS CAMPI

920 Numa realidade multicampi devemos pensar num projeto que contemple a integração dos mesmos à estrutura da Universidade, proporcionando mecanismos e instâncias da participação mais democráticas e eficazes, para tanto acreditamos que os campi deverão gozar de autonomia relativa, observando os princípios definidos democraticamente no I congresso da UNEMAT.

10.6.1 - CONSELHO UNIVERSITÁRIO REGIONAL

925 Serão criados Conselhos Regionais - Conselho Universitário Regional -
CONSUR com funções consultivos e deliberativos nos "Campi" Universitário, responsável
pela articulação inter-campus, acompanhamento e avaliação das políticas gerais
desenvolvidas nos campi com perspectiva à consecução dos objetivos da Universidade.

930 O CONSUR será composto pelo coordenador, seu presidente, os chefes de
departamentos e 03 representantes de cada segmento.

10.6.2 - A COORDENADORIA REGIONAL

935 1 - A Coordenadoria dos "Campi" Universitários, órgãos executivo das políticas gerais de
ensino, pesquisa e extensão, coordena e superintende as atividades administrativas, didático-
científicas e disciplinares, sendo exercida pelo Coordenador Regional.

940 2 - A Coordenadoria será exercida por um professor, eleito pela comunidade acadêmica do
respectivo "Campus" Universitário, com mandato de 02 (dois) anos.

945 3 - Poderão candidatar-se à Coordenadoria dos docentes concursados da UNEMAT que
atenderem aos seguintes requisitos:

- Efetividade no cargo de magistério;
- Tempo de serviço ininterrupto de no mínimo 02 (dois) anos.

950 4 - Compete ao Coordenador do Campus:

- Administrar o Campus;
 - Zelar pela fiel das normas, políticas e filosofias da Instituição;
 - Convocar e presidir o Conselho Universitário Regional;
 - Apresentar ao Reitor da UNEMAT o relatório de atividades do Campus, bem como o
planejamento para o exercício seguinte;
 - Firmar convênios, no âmbito de sua competência, com a homologação do Reitor
- Obs.: continua.

955

10.6.3 - AS FACULDADES

960 Faculdades organizar-se-ão por Departamentos que congreguem disciplinas
afins, com objetivo de estabelecer o regime de cooperação entre docentes da mesma área de
conhecimento, tendo em vista a integração do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Diretoria da Faculdade e o órgão executivo que coordena e superintende as
atividades didático-científicas e disciplinares da sua área de atuação.

A Diretoria será exercida por um professor eleito, o Diretor, com
mandato de 04 (quatro) anos.

965 Poderão candidatar-se à Diretores de faculdades ou Institutos os docentes
concurados da UNEMAT que contarem com, no mínimo, 02 (dois) anos de ininterrupto
tempo de serviço.

10.6.4 - OS DEPARTAMENTOS

970 O departamento é a menor unidade da Instituição, é nele que se insere de forma mais acentuada o cotidiano da Universidade, o corpo-a-corpo, aluno e professor. Nesse sentido faz necessário não o seu esvaziamento, mas, o seu fortalecimento.

O planejamento global da Universidade deverá ser realizado à partir do planejamento dos departamentos, garantindo a descentralização administrativa e financeira.

975 Os departamentos terão suas verbas repassadas ao início de cada ano conforme previsão orçamentaria anual. O acompanhamento e avaliação da execução dos recursos será feito pelas instâncias democráticas competentes.

Os departamentos serão compostos por 01 técnico administrativo com a função administrativa e equipe pedagógica de 02 professores em DE - coordenadores departamentais.

980

1. Acompanhamento da práxis pedagógica
2. Apoio e orientação discente.

Estes representantes são eleitos no departamento e serão membros natos do Colegiado de Curso, não deixando de desenvolver a sua atividade pedagógica em sala de aula, com um mínimo de aula, de modo que garanta tempo para a função.

985 O colegiado de Curso em sua primeira reunião deverá eleger o Presidente. A presidência do colegiado deverá ficar a cargo de 01 professor.

XI - COMUNICAÇÃO, CULTURA E ARTE

990 A comunicação é a grande revolução do século XX que atrela em si todas as conquistas tecnológicas para tudo transformar.

Segundo Guareschi, a comunicação é o primeiro e o mais forte de todos os poderes. Ela tem esse poder porque pode construir a "realidade" e esta passa a ser uma representação apenas, mas uma representação passada como sendo fiel - um mundo simbólico, imaterial - que ganha vida própria.

995 Sendo a comunicação um poder, quem a detém, também detém o poder. Podendo controlar a existência das coisas, a difusão de idéias, formar a opinião pública. Além do que se sabe, eleger determinados grupos sociais como melhores ou piores, confiáveis ou não confiáveis, de acordo com os interesses dos detentores do poder.

1000 Schiller diz que, o desenvolvimento da comunicação por rádio e televisão nos Estados Unidos se transformou num charco espiritual embrutecedor, por uma trama de instituições sociais retrógradas (Schiller: 1976; 29).

No Brasil os meios de comunicação social pecam pela falta de democracia na definição seu uso pelos grupos organizados, fazendo com que nossa sociedade seja uma sociedade silenciosa, onde poucos tem voz e vez, ou ainda, autoritária e elitista. A legislação desta área está extremamente defasada. Os procedimentos legislativos e governamentais se mostram arcaicos diante da acelerada evolução tecnológica da área das comunicações. Permitindo a centralização desse poder nas mãos dos "latifundiários" das comunicações.

1010 Essa situação se ampliará com o processo de globalização da economia. Que é uma expansão dos mercados consumidores, mas que, visa reduzir os espaços críticos, e, arrasar com as diversidades lingüística e culturais. Sobretudo porque os mandarins da economia são os da cultura.

1015 A televisão e os meios eletrônicos assumem papel de destaque no arraso das culturas minoritárias. Sobretudo a TV, por abarcar público e mais públicos, fazendo com que a palavra do mais forte prevaleça sobre a do mais fraco.

Segundo Guareschi, o crescimento e abrangência dos meios de comunicações e informações estão claramente desbancando e relativizando o controle exercido por outras instituições como a escola, a igreja, a família, etc.

1020

11.1 - COMUNICAÇÃO NA UNEMAT

1025 No processo de expansão da UNEMAT, a comunicação aparece como um dos mais graves problemas à Democracia interna, pois, ainda não se conseguiu implementar uma Política de Comunicação que possa suprir as necessidades de uma instituição multi-campi espalhada por um Estado de proporções territoriais gigantescas. Isso tem acarretado o isolamento dos Campi, a centralização política e administrativa, a inviabilidade de efetivação da Democracia pela desinformação, a falta de identidade institucional, ausência de fóruns de debates e o descontentamento geral.

1030

Como estratégia de romper com essa situação, em busca de uma perspectiva de acesso à comunicação que desperte o senso crítico, favorecendo o debate, a socialização do conhecimento e a valorização da cultura, propomos:

1035 11.1.1 - Criação de uma Coordenadoria de Comunicação Acadêmica (CCA) paritariamente na sua representação formando Conselho de Comunicação da UNEMAT, conselho este vinculado ao CONEPE.

1040 A Coordenadoria de Comunicação terá como finalidade a veiculação de informações por multi-meios garantindo acesso a todos. Deverá se utilizar de veículos como rádio universitária, TV educativa, editora universitária, produtora de vídeos, Fórum Permanente de Debates sobre as mais variadas temáticas, enfim deverá implementar mecanismos que possa garantir a mais ampla produção e socialização de informações. Terá como finalidade o apoio às experiências científicas, artística, política institucional das mais diferentes instâncias internas e externas à Universidade.

1045 11.1.2 - Para que se garanta a democratização das informações nos campi, a Universidade deverá ser dotada de condições materiais necessárias para a instalação de uma Rede de Comunicação inter-campi;

1050 11.1.3 - Para criação e divulgação artística deverá ser implantado o Núcleo de Desenvolvimento Artístico adotando política de valorização de cultura popular, criando espaços para este fim.

11.1.4 - Além disso a Universidade deve criar outros espaços culturais, como por exemplo, a formação de Circuito Acadêmico de exibição de vídeo e Sala de cultura Contemporânea.

XII - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1055

A avaliação institucional deve ser um processo contínuo que tem como objetivo a construção e consolidação do projeto de Universidade Pública, democrática, autônoma e de qualidade, que oriente sua intervenção na sociedade através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A metodologia de avaliação institucional deve ser plenamente democrática e levar em conta, no plano interno, a participação dos três segmentos da vida universitária (professores, alunos - inclusive egressos - e funcionários técnico administrativos) respeitadas as especificidades de cada setor e, no plano externo, os segmentos organizados da sociedade.

1060

1065

1070

Tal qual CASTRO, acreditamos que "dado que o planejamento estratégico visa conseguir a melhor adequação entre a instituição e o meio com vista ao cumprimento eficaz da missão que aquela se propõe, a análise do meio externo é necessária mas insuficiente. É necessário também identificar os pontos fortes e fracos da instituição nomeadamente no que diz respeito as atividades em curso - ensino e investigação (e extensão) e previstas aos recursos disponíveis (corpo docente, e pessoal administrativo e de apoio, recursos financeiros, instalações e equipamentos, bibliotecas e acesso à informação, corpo discente, etc), ao ambiente interno (clima de trabalho, estilo de direção, sistema de informação, controle e estrutura organizacional) e a imagem externa."(1988: 43).

Partindo destas referências, acreditamos que uma avaliação universitária deve haver, numa combinação dialética, dois momentos:

1075

12.1 - AVALIAÇÃO INTERNA

1080

Concordando com debates ocorridos no meio da comunidade acadêmica nacional e com as idéias do professor Dr. da universidade de Minho (Portugal) CASTRO, verifica-se que em qualquer avaliação universitária deve-se definir primeiramente as atividades inerentes a este órgão. No caso da UNEMAT, nunca é demais explicar que ela tem institucionalmente o dever público de prestar serviços em ensino, pesquisa e extensão universitária, em áreas estabelecidas pela própria comunidade acadêmica.

1085

Em seguida analisa-se o corpo docente, o corpo discente, corpo administrativo, os recursos para o trabalho e o clima de trabalho.

QUADRO RESUMO: AVALIAÇÃO INTERNA

1090

Item a ser avaliado:

I - UNEMAT: ENQUANTO INSTITUIÇÃO

ASPECTOS DE AVALIAÇÃO

1095

I - Qualidade e eficiência nos aspectos de ensino, pesquisa e extensão, conforme metas pré estabelecidas.

Aspectos Humanos: Número de professores, alunos (relação alunos - vagas), técnicos administrativos.

- 1100 Aspectos Administrativos: Lotacionograma, organograma, Patrimônio adquirido.
- 1105 Aspectos Financeiros: Verbas pleiteadas, verbas conseguidas, convênios firmados, despesas com administração e pessoal, investimentos, aplicações, capacitações, etc.
- 1110 Aspectos Pedagógicos, Científicos e de Extensão: Encerramento e abertura de cursos, áreas ou Campi, cumprimento do calendário, pesquisa iniciadas e concluídas, divulgações realizadas, promoções de debates, simpósios, conferências, etc; aquisição de livros, assinaturas de revistas, laboratórios, etc.
- 1110 Item a ser avaliado:
II - CORPO DOCENTE (INDIVIDUAL)
- ASPECTOS DE AVALIAÇÃO:**
- 1115 Forma de contratação, serviços executados, avaliação pelos pares (reconhecidos pela comunidade acadêmica), avaliação pelos alunos e comunidade acadêmica, formação cursos realizados e em realização enquanto lotado na UNEMAT.
 Projetos desenvolvidos e avaliados, divulgação técnica, política ou científica.
 participação em comissões e órgãos representativos.
- 1120 Assiduidade ao serviço.
 Auto avaliação.
- Item a ser avaliado:
III - CORPO DISCENTE (MÉDIA)
- 1125 **ASPECTO DE AVALIAÇÃO:**
 Origem, tendências da sua evolução, objetivo profissional, adaptação quanto a formação que lhe é iniciada, atividades exercidas enquanto aluno egresso, participação em monitorias e auxiliar de pesquisas, rendimento educacional, desistência, conclusão de cursos.
- 1130 Auto avaliação.
- Item a ser avaliado:
IV - CORPO ADMINISTRATIVO (SETOR/MÉDIA)
- 1135 **ASPECTO DE AVALIAÇÃO:**
 Funções necessárias, número de pessoal necessário, formação profissional, cursos realizados ou em realização, avaliação da comunicação atingida por este setor, pontualidade, eficiência, competência técnica.
 Auto avaliação.

1140 Item a ser avaliado:
V - RECURSOS PARA O TRABALHO (POR DEPARTAMENTO)

ASPECTO DE AVALIAÇÃO:

1145 Instalações, recursos laboratoriais, acervo bibliográfico, equipamentos,
estrutura administrativa, verbas disponíveis.

Auto avaliação.

Item a ser avaliado:

IV - CLIMA DE TRABALHO (POR CAMPI)

1150 **ASPECTOS DE AVALIAÇÃO:**

Estilo de direção, relacionamento com a mesma pontualidade e valor de
salário, condições de local de trabalho, democracia vigente ou ausente.

Acesso as informações e aos serviços diversos da UNEMAT.

1155 Existência ou não de programa social no interior da UNEMAT, voltada para
sua comunidade.

Normas disciplinares em vigor e critérios de aplicação das mesmas.

Auto avaliação.

1160 **12.2 - AVALIAÇÃO EXTERNA**

Tão importante quanto a avaliação interna é a avaliação externa. Contudo,
dado a subjetividade do ato, necessário se faz que os critérios sejam muito bem definidos, e
os agentes que participam da avaliação terem claro que seus papéis visam a qualidade,
1165 eficiência, lisura e relevância social e histórica do serviço prestado.

É preciso explicitar também que cada um desses agentes, antes de realizarem
a avaliação, deverá ter em mãos a avaliação interna, caso contrário a avaliação global não
terá sentido e nem eficácia.

1170 Os agentes avaliadores serão os seguintes:

- a) Tribunal de Contas;
- b) Secretaria de Educação;
- c) Assembléia Legislativa;
- d) Comunidade externa;

1175 e) Agentes de outras universidades de comprovada qualificação.

II - QUADRO RESUMO: AVALIAÇÃO EXTERNA

QUEM AVALIA:

1180 **I - TRIBUNAL DE CONTAS**

Item de avaliação:

Repasse e uso de verbas (transparência e lisura)

QUEM AVALIA:

1185 II - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Item a ser avaliado:

Verbas repassadas (nominalmente descritas para setor administrativo, ensino, pesquisa e extensão).

1190 Projetos em parceria.

Comportamento do setor educacional e outros setores da sociedade, frente aos serviços executados pela UNEMAT.

QUEM AVALIA:

1195 III - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Item a ser avaliado:

Relevância política dos serviços prestados.

Supressão ou aumento de verbas orçamentarias.

1200

QUEM AVALIA:

IV - COMUNIDADE EXTERNA (SETORES ALCANÇADOS PELOS SERVIÇOS DA UNEMAT)

1205

Item a ser avaliado:

Relevância dos serviços;

Qualidade dos serviços;

Resultados obtidos.

1210

QUEM AVALIA:

V - AGENTES DE OUTRAS UNIVERSIDADES

1215 Item a ser avaliado:

Consistência científica dos projetos apresentados e executados;

Relevância científica e social dos projetos apresentados e executados;

Execução de projetos, resultados e divulgação.

1220

Este processo de avaliação (interno, externo), deve ser de conhecimento de todos da comunidade acadêmica e ter ampla divulgação na sociedade.

O resultado obtido será divulgado a todos os agentes, tanto os avaliados quanto avaliadores, e quando a UNEMAT tiver em mãos todas as avaliações deverá realizar uma Assembléia Geral interna a fim de deliberar sobre os rumos da mesma.

1225

Tem-se assim como propósito construir uma concepção de avaliação que tem como foco "a qualidade do trabalho acadêmico (e administrativo) visando o estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão, que deve ser cultural e cientificamente significativo e socialmente comprometido com a maioria da população, o que diferencia da concepção da chamada Qualidade Total". (ANDES S/N:

1230 1995: 51). Busca-se dessa forma a construção, em conjunto com movimentos populares, do padrão unitário de qualidade.

1190
 1195
 1200
 1205
 1210
 1215
 1220
 1225

Item a ser avaliado
 Vozes representadas (ativamente) dentro do setor administrativo, ensino
 pesquisa e extensão)
 Projetos em parceria
 Compromisso do setor educacional e outros setores da sociedade frente aos
 serviços executados pela UNEMAT

QUEM AVALLA
 III - ASSEMBLEIA TÉCNICA

Item a ser avaliado
 Relevância política dos serviços prestados
 Repetição ou aumento de vendas organizadas

QUEM AVALLA
 IV - COMISSÃO DE EXTERNA (SETORES ALCANÇADOS PELOS SERVIÇOS DA
 UNEMAT)

Item a ser avaliado
 Relevância dos serviços
 Qualidade dos serviços
 Resultados obtidos

QUEM AVALLA
 V - AGENTES DE OUTRAS UNIVERSIDADES

Item a ser avaliado
 Contribuição científica dos projetos apresentados e executados
 Relevância científica e social dos projetos apresentados e executados
 Execução de projetos, resultados e divulgação

Este processo de avaliação (interna, externa), deve ser de conhecimento de
 toda a comunidade acadêmica e ter ampla divulgação na sociedade.
 O resultado obtido será divulgado a todos os agentes, tanto os avaliados quanto
 avaliadores, e quando a UNEMAT tiver em mãos todos os avaliados deverá realizar uma
 Assembleia Geral com o fim de deliberar sobre os rumos da mesma.
 Tem-se assim como propósito construir uma concepção de avaliação que tem
 como foco "a qualidade do trabalho acadêmico (administrativo) visando o estabelecimento
 de um padrão unitário de qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão, que deve ser
 cultural e cientificamente significativo e socialmente comprometido com a maioria da
 população, o que diferencia da concepção da chamada "Qualidade Total" (ANDRÉS SÁ)

XIII - AUTONOMIA E FINANCIAMENTO

1235 Pautando-se nos princípios defendidos por todos que vivem e compreendem a
Universidade, mas que reconhecem que no decorrer de sua história, principalmente em solo
brasileiro, a ingerência governamental sempre esteve presente, fazendo desta instituição um
campo limitado no que diz respeito à sua busca de saber e da aplicação de seu princípio
máximo que é a indissociabilidade entre ensino - pesquisa - extensão é que reconhecemos
1240 que o poder público, no caso do Mato Grosso, tem a oportunidade ímpar de garantir, via
repasses regulares e institucionalmente justos, de verbas constitucionais, que a UNEMAT
goze, tal qual apregoa os maiores intelectuais do ensino superior brasileiro de autonomia
didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Isto equívale dizer
que: a UNEMAT por ser uma instituição pública tem que ser mantida em sua totalidade pelo
1245 Governo do Estado de Mato Grosso, porém, por ser uma instituição onde historicamente
reconhece-se suas particularidades naquilo que diz respeito à busca e construção do saber
através do ensino, pesquisa e extensão, o que exige liberdade quanto aos seus movimentos
internos, desde é claro, que trabalhe em prol da maioria da população, deve moldar à sua
própria natureza, mediante avaliação sistemática, e Autonomia, em toda a sua extensão.

1250 Assim, conforme debate democrático ocorrido em diversos setores da
sociedade, e seguindo ainda discussão proporcionada tanto pela Andes S/N, Fasubra e DCE,
representantes reconhecidos a nível nacional dos professores, técnicos administrativos e
estudantes no contexto universitário, o tema Autonomia Universitária é um dos eixos
principais de qualquer debate que envolva o futuro e a qualidade dos serviços prestados por
esta Instituição.

1255 Desta forma, acreditando também nesta máxima, defende-se que a autonomia
da Instituição na gestão de seus recursos e no direcionamento de sua produção, na
composição das instâncias de execução e deliberação e na escolha de cargos, direção e
representação está indissociavelmente vinculada à postulação de uma participação em
moldes democráticos efetivos" (XIII CONAD: 1986).

1260 Segundo ainda, discussões ocorridas no seio da sociedade brasileira, postula-
se a Autonomia da UNEMAT, fundamentando-se nos seguintes pontos:

- 1265 a) A autonomia, de qualquer ordem, deve estar vinculada à democracia interna,
garantida estruturalmente nos mecanismos de decisão, controle e gestão;
- b) Devem estar garantidos padrões mínimos de salários, condições de trabalho e
acesso a capacitação acadêmica;
- c) A Universidade será gratuita e terá a garantia de recursos do Estado para seu
funcionamento pleno, de acordo com orçamentos elaborados de forma
democrática e pública;
- 1270 d) Os mecanismos de avaliação do desempenho universitário, deverão ser
plenamente democratizados, como para evitar que a autonomia seja
subordinada à lógica do mercado ou ao clientelismo político.

1275 Subentende-se assim que a autonomia financeira (garantida pelo poder
público), pedagogia e científica da UNEMAT será defendida e garantida por intermédio de

(2) Aditios
Complementar
Nos
Aditivos E, F e G

sup
sup
mi
suprimir

(2)

discussão interna, levando-se em conta anseios e cobranças sociais, geográficas, econômicas, culturais e históricas.

1280 A UNEMAT estabelecerá critérios e norma de seleção e admissão de candidatos aos seus cursos, em todos os níveis, pautando-se sempre no princípio da democracia de acesso.

Os Estatutos e Regimentos deverão ser elaborados e aprovados em processos definidos no âmbito da UNEMAT, e que nela se esgotem com a participação de toda a comunidade universitária, através de mecanismos democráticos e representativos.

1285 A UNEMAT será organizada segundo o princípio da descentralização administrativa, respeitando a autonomia dos Campi, Departamentos, etc.

incluindo Projeto E a fim de que a Autonomia Universitária realmente aconteça é preciso que seja garantido a sobrevivência financeira. *foa*

1290 Para tanto, o Estado de Mato Grosso - Instituição responsável pela manutenção econômica da UNEMAT - deve garantir um percentual mínimo definido no Orçamento Anual, onde se prevê o pagamento integral e pontual da Folha de Pagamento, verbas para custeio que garantam o funcionamento pleno de todas as unidades e financiamentos para os projetos de pesquisa e extensão.

Este percentual, estabelecido e garantido legalmente, obrigatoriamente deverá ser repassado mensalmente e automaticamente.

1295 Neste contexto, cabe a administração promover um debate contínuo com o Governo Estadual, visando ampliar o atual percentual constitucional.

Projetos em parceria com o Executivo Estadual, devem ser custeados pelo Governo do Estado ou Secretaria interessada, como parceria, ficando claro que esta verba destinada a execução de projetos é independente do repasse constitucional.

1300 E finalmente, dentro dos princípios de Anatomia Universitária, cabe a UNEMAT criar - com a aprovação dos segmentos que compõe a Comunidade Acadêmica - mecanismos seguros, eficientes, academicamente justos de avaliação institucional, tanto interna quanto externa.

(2) no final

XIV - REGIME JURÍDICO

- 1305 Visando garantir a autonomia universitária, naquilo que diz respeito a construção de uma UNEMAT de qualidade, onde a democracia interna e autonomia administrativa de ensino, pesquisa e extensão sejam garantidas, porém, deixando claro que por ser uma Instituição Social de interesse público, há uma exigência de que todas as
- 1310 decisões estejam submetidas a critérios públicos transparentes, onde regime jurídico desta Instituição torna-se um elemento importante na construção destes objetivos.
- No que tange a este debate, tem sido muito freqüente no Brasil nos últimos anos, fazer-se referência ao regime funcional como se fosse a solução dos problemas relacionados com a deficiência de recursos e liberdade administrativa e política.
- 1315 Concordando com Dalmo Dallari (1995), vemos que este ponto de vista é uma falácia, pois a universidade é uma instituição pública que, para garantir sua autonomia, necessita de dotações orçamentarias da administração central, que devem ser renovadas na Lei Orçamentaria de cada exercício.
- 1320 Dessa forma, seguindo deliberações de debates ocorridos no seio dos movimentos acadêmicos, explicita-se que a UNEMAT deverá obedecer a um regime jurídico definido por uma regulamentação de "Autarquia Especial", já prevista por lei que garante que o Estado se responsabilize pelo ensino público e gratuito de qualidade, através de dotação orçamentaria global, calculada a partir de critérios reais, levando-se em conta as necessidades de custeio, folha de pagamento e recursos para o ensino, pesquisa e extensão.
- 1325 Ou seja, o regime de "Autarquia Especial" deverá garantir a autonomia da UNEMAT quanto aos aspectos financeiros, administrativos pedagógicos e científicos, porém garantindo que o controle dos recursos públicos deve ser assegurado através de órgãos colegiados democraticamente e a gestão dos recursos definidas a partir de amplo debate dos segmentos acadêmicos, sempre visando os interesses da maioria da população e a
- 1330 melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

XV - ELEIÇÕES GERAIS

1335 Após aprovado o "Projeto de Universidade" para a UNEMAT, o próprio congresso deverá constituir Comissão Eleitoral para a realização de eleições gerais na UNEMAT. As eleições acontecerão em todos os níveis: Conselhos, Reitoria, Coordenadorias, Faculdades, Institutos e Departamentos. Em seguida a constituição dos conselhos far-se-a a eleição para as Coordenadorias de Ensino, Pesquisa e Extensão.

1340 As chapas comporão do seguinte: Reitor e vice-reitor. Para os conselhos poderão apresentar chapas ou nomes individuais. Os Coordenadores Regionais, Diretores de Institutos e Faculdades, coordenadores departamentais, deverão compor chapa para o pleito.

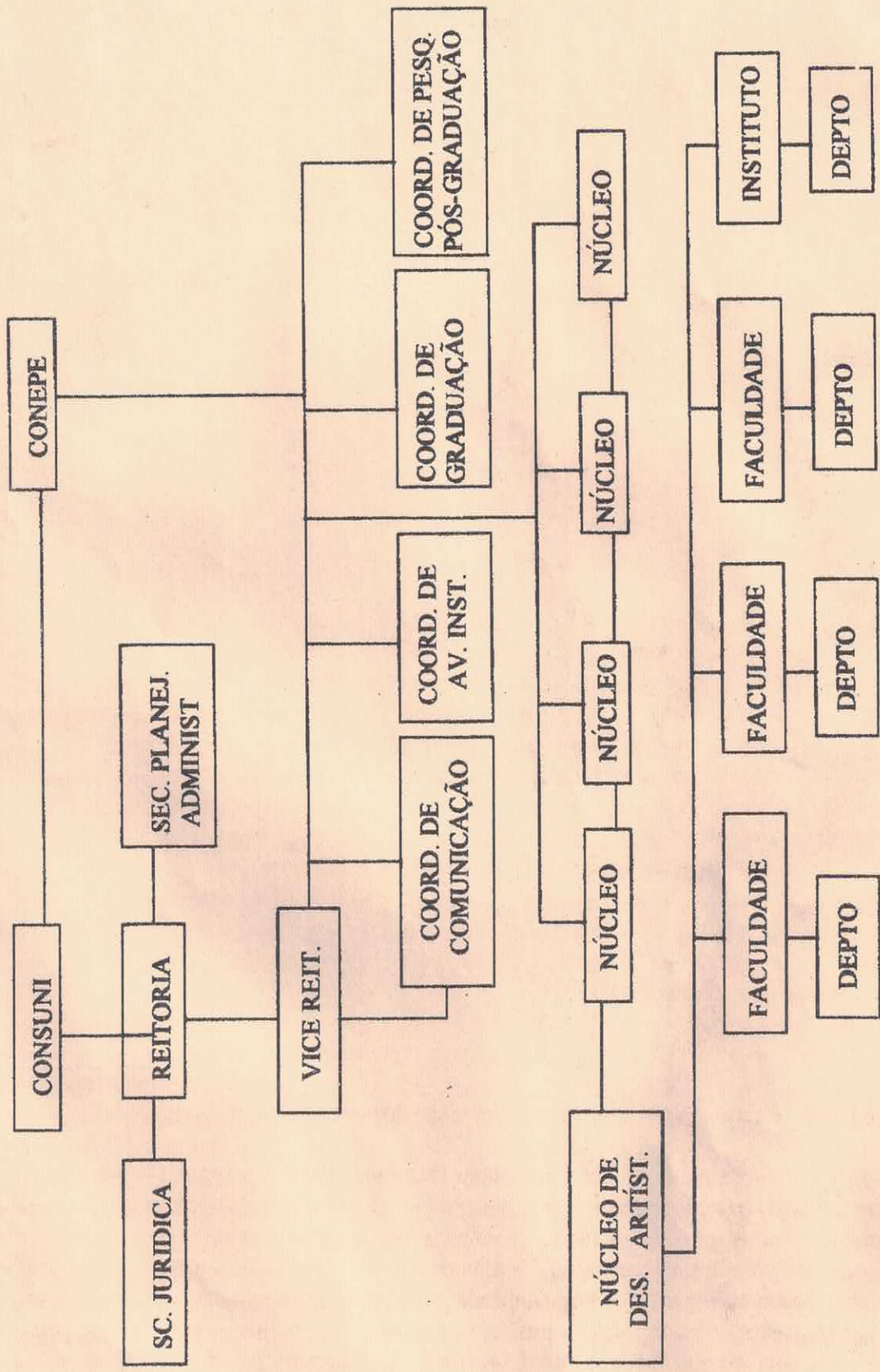
Os coordenadores dos núcleos (NEPE's) serão eleitos no CONEPE conforme já descrito no item 10.4.

1345

1350

Cáceres, 29 de fevereiro de 1996.

DIRETORIA DA ADUNEMAT



XVI - BIBLIOGRAFIA

AGENDA DO MST. 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. PESQUISA PARTICIPANTE. Ed. Brasiliense S.A., São Paulo - SP, ed. 6ª, 1986.

CARNEIRO, Moacir Alves. TEMAS DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA. Ed. Petrópolis, Petrópolis - RJ, 1988.

Caderno 2 da ANDES, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE Nº 2, Brasília: ANDES Nacional, 1991.

FRANCO, Augusto de, BRASIL: FUTURO DO PRESENTE: PROJETO ESTRATÉGICO ALTERNATIVO. Rio de Janeiro: FASE; Brasília: Instituto de política, 1994.

GRACIANI, Maria Stela Santos. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL. Ed. Vozes.

LUCKESI, Cipriano, et all. FAZER UNIVERSIDADE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA. 5ª ed., Ed. Cortez, São Paulo - SP, 1989.

Revista de Ciência da Educação. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Nº 41, Ed. Papyrus, 1992.

Seminário Latino Americano de Liderança e Administração na Universidade. UFSC/OEA, Florianópolis: Imprensa Universitária, 1987.